



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

Relatório de Inflação

Maio 2017 - Edição Nº 17



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Sobreira de Santana – Governador
Maria Izolda Cela – Vice Governadora

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

Francisco de Queiroz Maia Junior – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral
Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos
Cláudio André Gondim Nogueira – Diretor de Estudos de Gestão Pública

Relatório de Inflação – nº 17 – Maio de 2017

Elaboração

Daniel Suliano (Analista de Políticas Públicas)

Colaboração

Matheus dos Santos Carvalho (Estagiário)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Visão

Ser uma instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG,
Térreo.

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba
Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Relatório de Inflação

É uma publicação mensal da inflação obtida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e outras nove regiões metropolitanas do Brasil além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia e Campo Grande.

Nesta edição

O IPCA na RMF em maio de 2017 registrou uma leve alta com relação a abril (0,10% contra 0,08%, respectivamente).

No mês de maio de 2016 o IPCA da RMF havia registrado alta de 0,99%. Com esse forte recuo comparado ao mesmo mês do ano anterior, o acumulado dos últimos doze meses na região chegou a 4,92% em maio.

Semelhante ao mês anterior, o Grupo Habitação foi o grande destaque dos preços da RMF com variação de 2,04%, a maior alta entre os nove grupos pesquisados. O Item Energia Elétrica Residencial foi o que teve a maior alta do Grupo, com variação de 10,44%, em razão dos valores sem desconto que haviam sido concedidos no mês anterior. Outro Grupo de destaque da RMF foi o de Transporte, que registrou alta de 1,45%, através do Item Combustíveis de Veículos, com alta de 4,06%.

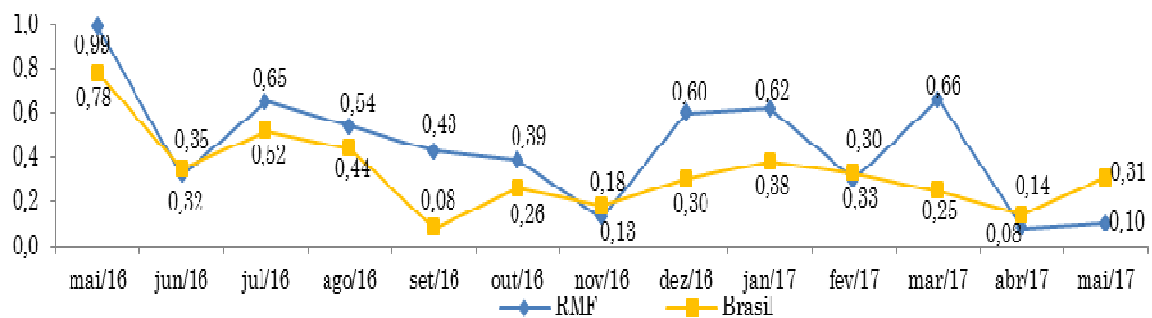
Finalmente, a retração dos preços neste mês de maio fez o acumulado dos últimos doze meses do INPC da RMF recuar de 6,19% em abril para 4,98% em maio.

1. Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) registrou alta de 0,10% em maio de 2017, levemente mais alta que a registrada em abril, quando havia registrado 0,08%. Em maio de 2016, houve alta de 0,99% no IPCA da RMF.

No IPCA nacional, a alta de maio foi de 0,31%, e, portanto, mais que o dobro do registrado no mês de abril, onde a variação havia sido de 0,14%. Apesar dessa alta, de acordo com o IBGE, desde 2007, quando IPCA de maio havia sido de 0,28%, não se tinha registro de taxa mais baixa para o referido mês. O Gráfico 1.1 apresenta a evolução do índice tanto para a RMF como para o caso nacional.

Gráfico 1.1: Série Histórica IPCA Mensal Maio – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE; Elaboração: IPECE.

Na Tabela 1.1 é apresentada a inflação para todas as áreas pesquisadas abrangidas pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) para os meses de abril e maio além do acumulado dos últimos doze meses.

As seguidas quedas da inflação nos meses de abril e maio na RMF tem ocasionado o recuo da inflação na região. De fato, o acumulado dos últimos doze meses da RMF encontra-se, atualmente, abaixo dos 5%, com 4,92% até maio de 2017. A região metropolitana de Recife é a única área geográfica que ainda persiste com uma alta acima dos 5%, com 5,18% até maio de 2017. O Município de Goiânia e a Região Metropolitana de Curitiba seguem com inflação abaixo do limite mínimo do teto com 2,18% e 2,27%, respectivamente, no acumulado dos últimos dozes meses até maio de 2017.

No nacional, o acumulado dos últimos doze meses encontra-se abaixo do teto da meta de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) registrando 3,60% nos

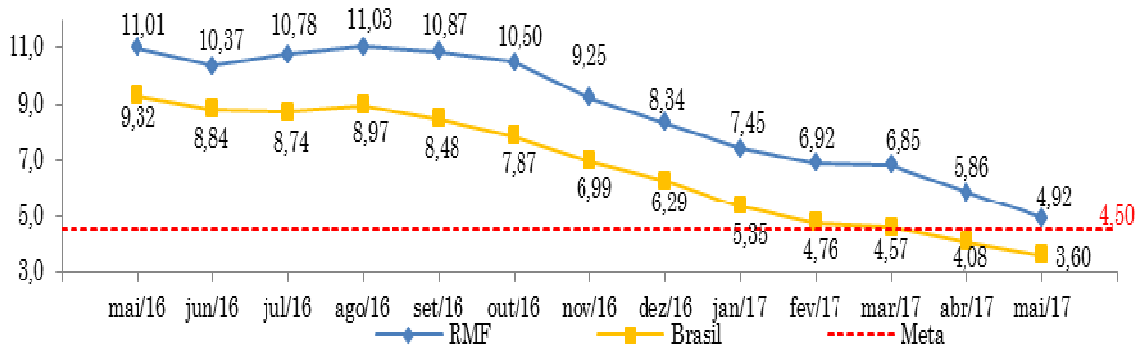
últimos doze meses até maio de 2017. (Gráfico 1.2). De acordo com o IBGE, essa é a menor taxa em 12 meses desde maio de 2007, quando se situou em 3,18%.

Tabela 1.1: Variação Mensal e Acumulado 12 Meses IPCA – Abril/Maio

Cidades/Regiões Metropolitanas	Var. Mensal (%)		Variação Acumulada 12 meses (%)
	Abril	Maio	
Recife	0,49	0,72	5,18
Porto Alegre	0,22	0,48	3,09
Curitiba	-0,05	0,43	2,27
Campo Grande	-0,13	0,42	4,83
São Paulo	0,16	0,36	3,56
Salvador	-0,22	0,32	3,56
Vitória	0,20	0,31	3,75
Brasília	0,54	0,24	4,40
Rio de Janeiro	0,38	0,22	4,29
Belo Horizonte	-0,08	0,21	3,38
Goiânia	0,15	0,16	2,18
Fortaleza	0,08	0,10	4,92
Belém	0,09	-0,13	3,22
Brasil	0,14	0,31	3,60

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 1.2: Acumulados de doze meses IPCA – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

2. Variações por Grupos e Itens

De acordo com o IBGE, o Grupo Habitação, em razão do Item Energia Elétrica, foi o responsável pela alta do IPCA de 0,14% para 0,31% n IPCA nacional. Destaca-se que a alta do referente grupo foi suficiente para anular a queda de preços da maioria dos demais grupos. (Tabela 2.1).

Não diferente do IPCA nacional, o IPCA da RMF, embora tenha tido apenas uma leve variação, ao saltar de 0,08% em abril para 0,10% em maio, teve a maior alta no Grupo de Habitação, com variação de 2,14%, a maior entre todos os nove grupos pesquisados, com ajuste de 10,44% do Item Energia Elétrica Residencial.

Os dados da Tabela 2.1 revelam que embora o Grupo de Transporte para o caso do IPCA nacional tenha recuado 0,42%, por influência das passagens aéreas, que ficaram 11,81% mais baratas, na RMF o Grupo de Transportes foi o que apresentou a segunda maior alta, com variação de 1,45%. O Item Combustíveis de Veículos, com variação de 4,06%, foi o maior responsável pela alta do Grupo.

Por outro lado, seguindo a tendência nacional, o Grupo Alimentação e Bebidas, que responde por mais de ¼ das despesas das famílias, recuou 0,35% no caso IPCA nacional, tendo o Grupo na RMF recuado 1,41%. Neste Grupo, o destaque ficou para Tubérculos, Raízes e Legumes, que recuaram 6,41%.

Tabela 2.1: Variação por Grupos do IPCA

Grupos	RMF		Brasil	
	Var. Mensal (%)		Var. Mensal (%)	
	Abril	Maio	Abril	Maio
Índice Geral	0,08	0,10	0,14	0,31
Alimentação e Bebidas	0,30	-1,41	0,58	-0,35
Habitação	-1,67	2,04	-1,09	2,14
Artigos de Residência	0,25	-0,69	-0,28	-0,23
Vestuário	0,93	0,59	0,48	0,98
Transportes	-0,68	1,45	-0,06	-0,42
Saúde e Cuidados Pessoais	1,42	0,40	1,00	0,62
Despesas Pessoais	0,25	0,04	0,09	0,23
Educação	0,47	-0,05	0,03	0,08
Comunicação	2,28	0,39	0,55	0,09

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

3. Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mede o custo de vida das famílias com menor poder aquisitivo, uma vez que é calculado para as famílias com rendimento de 01 a 05 salários mínimos.

O INPC da RMF neste mês maio apresentou deflação de 0,04%, sendo o primeiro mês a registrar retração de preços nos últimos doze meses. Semelhantemente ao mês de abril, a Região Metropolitana de Recife apresentou a maior alta entre as regiões pesquisadas, com variação de 0,61%.

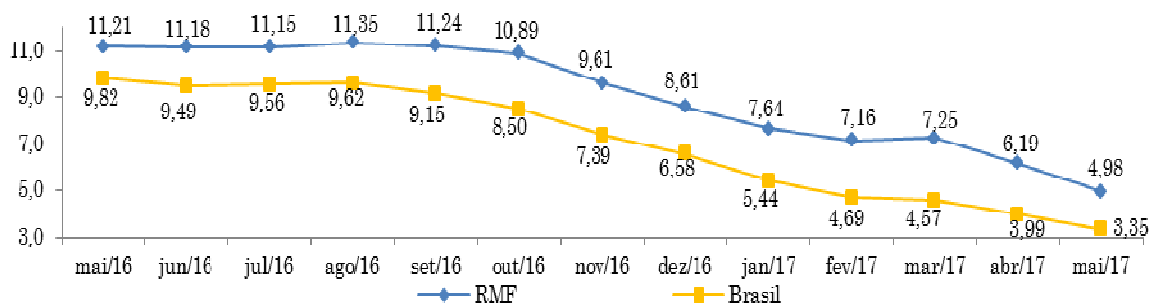
Essa retração dos preços medida pelo INPC tem feito o acumulado dos últimos doze meses da RMF recuar em um ritmo ainda maior. De fato, de abril a maio o acumulado dos últimos doze meses do INPC da RMF saiu de 6,19% para 4,98%, respectivamente. (Gráfico 3.1).

Tabela 3.1: Variação Mensal e Acumulado 12 Meses INPC – Abril/Maio

Cidades/Regiões Metropolitanas	Var. Mensal (%)		Variação Acumulada 12 meses (%)
	Abril	Maio	
Recife	0,60	0,61	5,48
Campo Grande	-0,38	0,61	4,39
Curitiba	-0,17	0,59	2,05
Porto Alegre	0,26	0,52	2,73
São Paulo	0,17	0,51	3,07
Vitoria	-0,03	0,44	3,56
Rio de Janeiro	0,22	0,36	3,37
Salvador	-0,20	0,29	3,63
Belo Horizonte	-0,15	0,24	2,92
Brasília	0,28	0,21	4,51
Goiânia	0,03	0,18	2,11
Fortaleza	0,12	-0,04	4,98
Belém	0,01	-0,09	3,19
Brasil	0,08	0,36	3,35

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 3.1: Acumulados de doze meses INPC – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Fonte: IBGE: Elaboração: IPECE.

4. Considerações Finais

O IPCA na RMF em maio de 2017 registrou uma leve alta com relação a abril de 2017 (0,10% contra 0,08%, respectivamente). Com esse forte recuo comparado ao mesmo mês do ano anterior, o acumulado dos últimos doze meses saiu de 5,86% para 4,92% de abril para maio, respectivamente.

A leve alta neste mês deve-se ao Grupo Habitação, particularmente o Item Energia Elétrica Residencial, que teve alta de 10,44%. Outro Grupo de destaque da RMF foi o de Transporte, através do Item Combustíveis de Veículos, com alta de 4,06%.

A retração dos preços neste mês de maio fez também o acumulado dos últimos doze meses do INPC da RMF recuar fortemente de 6,19% em abril para 4,98% em maio de 2017.

No entanto, em seu último comunicado, o Banco Central pontuou que é necessário acompanhar possíveis impactos do aumento de incerteza sobre a trajetória prospectiva da inflação, mesmo diante de um cenário externo que se mostra favorável com atividade econômica global forte mitigando os efeitos de possíveis mudanças de política econômica nos países centrais.